

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.706 - SP (2019/0299239-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SIMONE LAVELLE GODOY DE OLIVEIRA - SP271161
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JAILSON SANTOS DO NASCIMENTO JUNIOR
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JAILSON SANTOS DO NASCIMENTO JUNIOR apontando como o autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0002483-28.2013.8.26.0590).

Consta dos autos ter sido o paciente condenado à pena de 5 anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, e ao pagamento de 500 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, ante a apreensão de **1,3g (um grama e três decigramas) de maconha e 21g (vinte e um gramas) de cocaína** – e-STJ fl. 99.

Irresignada, a defesa ingressou com recurso, tendo o Tribunal de origem dado parcial provimento ao apelo para reduzir as reprimendas para 2 anos e 6 meses de reclusão e 250 dias-multa, mantidos os demais termos da sentença (e-STJ fls. 83/103).

No presente *writ*, sustenta a impetrante que o paciente faz jus à aplicação do redutor contido no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 em sua integralidade, e não na fração de metade, tal como realizado pelo Tribunal *a quo*.

Afirma, ainda, que o Tribunal de origem não apontou justificativa idônea para a fixação do regime fechado, invocando, ainda, os enunciados 718 e 719 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Por fim, defende a possibilidade de substituição da sanção corporal por restritivas de direitos.

Busca, liminarmente, possa o paciente aguardar em liberdade o

Superior Tribunal de Justiça

julgamento definitivo deste *writ*.

No mérito, pugna seja "refeita a dosimetria da pena, seja aplicada a causa de diminuição de pena do artigo 33, §4º, da Lei 11.343/06 em sua integralidade; o regime inicial aberto, inclusive com incidência da norma do artigo 387, §2º, do CPP; bem como aplicação do artigo 44 do Código Penal" (e-STJ fl. 12).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. Explico.

Isso porque, examinando os autos, infere-se que, ao que parece, o Tribunal *a quo*, embora tenha afastado a reincidência do paciente – ante o entendimento de que o outro processo em curso em seu desfavor e indicado na sentença condenatória não se prestaria para impedir a aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 –, não apontou justificativa idônea tanto para a negativa de aplicação da causa de diminuição na fração máxima quanto para a fixação do regime fechado, sobretudo se considerada a quantidade de drogas apreendidas em poder do paciente, a saber, **1,3g (um grama e três decigramas) de maconha e 21g (vinte e um gramas) de cocaína** – e-STJ fl. 99.

Assim, considerando a plausibilidade da tese formulada, mostra-se imperioso o deferimento da providência emergencial ao menos para impor ao paciente, por ora, o regime intermediário.

Ante o exposto, **defiro a liminar** para assegurar ao paciente o direito de aguardar, **no regime semiaberto**, o julgamento do presente *habeas corpus*, salvo se por outro motivo estiver preso ou cumprindo pena em regime mais gravoso.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal impetrado, encaminhando-lhe o inteiro teor desta decisão.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de

Superior Tribunal de Justiça

origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

